

INCENTIVOS

NEWSLETTER N.º 62 | 10 DE JANEIRO DE 2012

www.vidaeconomica.pt

Abertos cinco concursos no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas do Qren

Foram abertos no passado dia 23 de dezembro novos concursos no âmbito dos Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN.

Assim, no contexto da aprovação do Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação, designado por + E + I (ver página 4), foram abertos os seguintes concursos:

- **Vale Inovação**, no âmbito do SI Qualificação de PME (candidaturas até 3 de fevereiro);
- **Núcleos de I&DT**, no âmbito do SI I&DT (candidaturas até 17 de fevereiro);
- **Promoção da Propriedade Industrial** (Projetos Individuais), no âmbito do SI Qualificação de PME (candidaturas até 2 de abril).

O concurso "Vale Inovação" pretende apoiar de forma simplificada a aquisição de serviços de consultoria e de apoio à inovação por parte de PME a entidades devidamente qualificadas para o efeito, para resposta a necessidades específicas da empresa, no sentido do aumento da sua competitividade, assim como intensificar a aquisição de serviços de I&DT por parte de PME a entidades do Sistema Científico e Tecnológico.

O concurso "Núcleos de I&DT" tem como objetivo a promoção do up-grade das empresas de pequena ou média dimensão (PME) para patamares mais elevados de desenvolvimento tecnológico e de inovação, através da criação e consolidação de unidades estruturadas com características de permanência e dedicadas exclusivamente a atividades de I&DT, dotando-as das competências humanas e materiais próprias indispensáveis à sua intervenção.

O concurso "Promoção da Propriedade Industrial" destina-se exclusivamente a apoiar projetos com in-



vestimentos em proteção de direitos no domínio da Propriedade Industrial (registo de patentes, modelos de utilidade e marcas que correspondam à comercialização futura da matéria a proteger no âmbito da patente), contribuindo para estimular a valorização económica das invenções.

Além destes, foram ainda abertos os seguintes concursos:

- **Projetos Individuais de I&DT**, no âmbito do SI I&DT (candidaturas até 26 de março);
- **Inovação Produtiva** (PROVERE), no âmbito do SI Inovação (candidaturas até 11 de abril).

SI I&DT - Enquadramento Sectorial e Territorial	
SI I&DT - Critérios de inserção nas EEC - Clusters reconhecidas	
SI I&DT - Projecto Individuais de I&DT - Mérito do Projeto	
SI I&DT - Núcleos de I&DT - Mérito do Projeto	
SI Qualificação PME - Propriedade Industrial - Mérito do Projeto	
SI INOVAÇÃO - Inovação Produtiva - Mérito do Projeto	

Índice

Certificação de PME on-line....	2
Dicas & Conselhos	3
Notícias	4
Apoios Regionais.....	9
P&R e Legislação	10
Concursos e Agenda	10
Indicadores Conjunturais	11

PME TÊM LINHA DE CRÉDITO DE 1500 MILHÕES DE EUROS

O Governo acordou com as instituições financeiras a criação de uma nova linha de apoio às empresas - Linha PME Crescimento. Destinada a garantir e reforçar o acesso ao crédito às empresas economicamente viáveis, esta linha terá um valor de 1500 milhões de euros, com vista a reforçar a liquidez e capacidade de investimento do tecido empresarial nacional.

O acesso a esta nova linha de crédito PME Crescimento estará disponível a partir do próximo dia 16 de janeiro. Do montante global de 1500 milhões de euros, há uma dotação geral de 750 milhões para todas as PME e dotações específicas de 500 e 250 milhões de euros, para empresas exportadoras e para operações com micro e pequenas empresas, respetivamente.

Para as empresas PME Líder o montante máximo de financiamento é de 1,5 milhões de euros, sendo que para micro e pequenas empresas o montante máximo por operação e empresas é de, respetivamente, 25 mil euros e 50 mil euros. Os spreads a aplicar por estas operações variarão entre os 4,813% e os 5,375%.

URBACT ANUNCIA 3ª CONVOCATÓRIA

O Programa Urbact II lançou em dezembro a sua terceira convocatória para Redes Temáticas.

As Redes Temáticas que vierem a ser aprovadas por esta convocatória vão incidir na promoção da troca de experiências e aprendizagens entre cidades europeias, retirando destas trocas as lições adequadas e construindo novas ferramentas e políticas para um desenvolvimento integrado e sustentável urbano.

Além da consolidação e difusão dos conhecimentos práticos extraídos do trabalho em rede transnacional, também as cidades parcei-



ras se comprometerão a trabalhar no desenvolvimento de um Plano de Ação Local para melhorar as suas políticas locais.

A 1ª fase de demonstração de interesse decorre até ao próximo dia 15 de março .

Aprovado pela Comissão Europeia a 20 de dezembro de 2002, o programa URBACT tem por finalidade apoiar a realização de intercâmbios transnacionais entre cidades com um enfoque prioritário no combate à concentração de problemas económicos e sociais nas aglomerações urbanas, através da constituição de redes temáticas de transferência de informações, experiências e estudos de caso.

Para mais informações [clique aqui](#)

Fonte: www.qren.pt; www.ccr-norte.pt

Certificação de PME on-line

(continuação: NewsletterIncentivos nº 61, de 13-12-2011)

SISTEMA DE SUPORTE AO SERVIÇO

O sistema de suporte ao serviço assegura as seguintes funcionalidades para as empresas:

- Preparação do pedido de certificação e simulação de resultados;
- Formalização do pedido e emissão de certificado eletrónico ;
- Emissão de alertas preventivos às empresas para cumprimento das obrigações decorrentes da certificação obtida, através do canal escolhido;
- Realização de operações de manutenção da certificação, tais como, confirmação de estimativas, atualização e alteração de dados e renovação da certificação;
- Assistência técnica ao longo de todo o ciclo da certificação, nomeadamente através da internet, call center e SMS.

DECISÃO

A decisão sobre o pedido de certificação, ou da sua renovação, é disponibilizada aos interessados, via eletrónica, através da Internet, imediatamente após a conclusão do preenchimento integral do formulário eletrónico e da sua submissão.

A decisão de certificação baseada em estimativas cujos dados definitivos não se confirmem implica a alteração da decisão proferida anteriormente, a qual é disponibilizada imediatamente, via eletrónica, após introdução da informação definitiva.

VALIDADE

A certificação tem o prazo de validade de um ano após a data de encerramento das contas do exercício, considerando o limite legal para o respetivo encerramento.

CONSULTA

A certificação PME é inscrita num registo eletrónico na Internet. A comprovação da certificação é prestada aos titulares dos dados fornecidos, bem como a quaisquer entidades no âmbito de procedimentos administrativos para cuja instrução ou decisão final seja exigida a apresentação e comprovação do estatuto PME. A disponibilização dos dados a estas entidades contempla toda a informação prestada pelo titular dos mesmos sem necessidade do seu consentimento para o efeito.



A consulta simples da certificação de PME, em que é apenas prestada informação respeitante a esta qualidade, estando vedada a divulgação de qualquer outra informação relativa aos titulares dos dados, é disponibilizada pelo IAPMEI, através da Internet, a todos os interessados nessa informação, mediante identificação prévia. Esta consulta depende de consentimento expresso do titular dos dados no sítio da Internet da certificação PME.

REGISTO ON-LINE

<http://webapps.iapmei.pt/PME/Registo/Registo.aspx>

ACESSO AO PROCESSO INDIVIDUAL (CLIENTES REGISTRADOS)

<http://webapps.iapmei.pt/PME/Login.aspx>

CONTACTOS:

Linha Azul 808 201 201

Fonte: www.iapmei.pt



F. Iniciativas®
www.f-iniciativas.pt

**ESPECIALISTAS NO
FINANCIAMENTO DA INOVAÇÃO**

*Tratamos das Candidaturas
na Totalidade*

Tel.: 21 353 60 37
E-mail: info@f-iniciativas.pt

sifIDE
Sistema de
Incentivos Fiscais à
I&D Empresarial

**QR
EN** QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
2007-2013

ProDeR
Programa de Desenvolvimento Rural

PRO-MAR
Programa Operacional
Marítimo 2007-2013

Dicas & Conselhos

INICIATIVA JESSICA

Sou proprietário de um prédio na zona histórica do Porto e pretendo realizar obras para o poder adaptar a fins não habitacionais. Poderei concorrer a algum tipo de apoio do QREN?

RESPOSTA

Ao nível do QREN, o investimento em obras apenas é considerado elegível no SI Inovação e para projetos do setor do turismo.

Por outro lado, existe a Iniciativa Jessica, um novo instrumento de financiamento na área da reabilitação urbana que funciona através de Fundos de Desenvolvimento Urbano (FDU). Apesar de já ter sido criado em 2008, este mecanismo de financiamento ainda se encontra em fase de criação, dado que os seus 3 FDU's (BPI, consórcio CGD/IHRU e Turismo de Portugal) foram criados apenas no passado mês de outubro .

Cada FDU encontra-se alocado a uma determinada região: a região Norte e Alentejo terão como FDU o BPI e o consórcio CGD/IHRU; o FDU da região Centro será o consórcio CGD/IHRU; o Turismo de Portugal terá a seu cargo as regiões de Lisboa e Algarve. Estes são os organismos responsáveis pela abertura de candidaturas a este mecanismo de financiamento, sendo que neste momento ainda não existe nenhum concurso aberto.

Os apoios concedidos pelos FDU podem revestir a forma de:

- Participações no capital de estruturas empresariais (empresas, FII, parcerias público-privadas) criadas para a realização de projetos de desenvolvimento urbano;
- Concessão de empréstimos;
- Concessão de garantias.

Isto significa que não existe a possibilidade de receber um apoio a fundo perdido (o apoio do SI Inovação poderá tornar-se em parte num subsídio a fundo perdido).

Por outro lado, ainda não foram publicadas as condições de cada um dos tipos de apoio. No caso do SI Inovação, a parte reembolsável do incentivo tem um prazo de reembolso de até 6 a 10 anos, com até 3 anos de carência de capital e sem juros.

A outra grande diferença entre os 2 programas encontra-se nas áreas de intervenção abrangidas. No caso da Iniciativa Jessica, as áreas prioritárias são:

- Reabilitação e regeneração urbanas em cidades de média/grande dimensão;
- Eficiência energética e energia renovável em áreas urbanas;
- Revitalização económica de áreas urbanas direcionada para PME's e empresas inovadoras;
- Disseminação de tecnologias de informação e comunicação em áreas urbanas incluindo banda larga e infraestrutura sem-fios.



No entanto, podem ainda ser efetuados investimentos em integração social, desenvolvimento cultural e infraestruturas de desporto e lazer, infraestruturas e equipamentos de apoio empresarial, modernização das infraestruturas urbanas, gestão dos resíduos, entre outros.

Relativamente ao SI Inovação, o projeto deverá visar a prestação de serviços inovadores, sendo que no caso do setor turístico o conceito de inovação no alojamento turístico-

co tem vindo a ser limitado a empreendimentos turísticos.

Uma das vantagens da Iniciativa Jessica é, ainda, a possibilidade de utilizar financiamento do Jessica Holding Fund Portugal (canalizado através de FDU's) para financiar a parte não financiada de projetos que tenham sido ou venham a ser objeto de subsídios comunitários.

Colaboração: www.sibec.pt
sibec@sibec.pt - Tel.: 228 348 500

Notícias

PROGRAMA ESTRATÉGICO PARA O EMPREENDEDORISMO E A INOVAÇÃO: '+E+I'

Foi publicada em Diário da República a Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2011, de 16 de dezembro, que aprova o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação: +E, +I.

Trata-se de uma iniciativa do Governo, com forte envolvimento da sociedade civil, que pretende estimular o empreendedorismo e a inovação em Portugal através de um programa aberto, na medida em que irá desenvolvendo novas políticas em função das necessidades e resultados alcançados.

O Programa Estratégico +E+I tem como principais objetivos:

- Fomentar uma sociedade mais empreendedora, através da promoção de uma cultura empreendedora, criativa e inovadora desde o sistema de ensino e ao longo da vida das pessoas, incentivando a autorrealização e o desenvolvimento de competências;
- Alargar a base de empresas inovadoras e com uma forte componente exportadora, promovendo a difusão da inovação nas empresas e criando as condições para que mais empresas sejam capazes de inovar;
- Aumentar a exposição das comunidades de empreendedorismo e inovação a nível global e encorajar a partilha de experiências e competências, de forma a integrar o país nas redes internacionais de conhecimento, inovação e empreendedorismo;
- Promover melhor investimento, a fim de atingir melhores resultados e permitir que Portugal se afirme a nível internacional de forma competitiva.

Para cumprir estes objetivos, o Programa propõe-se intervir, nomeadamente, nas seguintes áreas e através das seguintes ações:

- Promovendo a criatividade, a literacia digital, a cultura científica e tecnológica e o empreendedorismo em todos os níveis de ensino;
- Aproveitando e estimulando o potencial criativo e empreendedor dos cidadãos, através do seu envolvimento no desenho de soluções, produtos ou serviços, quer públicos quer privados;
- Incentivando uma maior colaboração e interligação das empresas com o sistema de ensino;
- Promovendo a ligação entre a investigação, a criatividade e a inovação, através da conexão efetiva entre as empresas e as universidades e a integração do país nas redes globais de conhecimento;
- Incentivando o empreendedorismo qualificado para a internacionalização, o empreendedorismo social, o empreendedorismo jovem e a criatividade na economia;
- Promovendo a inovação social e o combate à aversão ao risco;
- Adotando políticas que promovam o adequado financiamento de projetos empreendedores e inovadores através, nomeadamente, da promoção do capital de risco nacional e estrangeiro e do capital de desenvolvimento, da articulação de ofertas de financiamento público e privado adequadas ao empreendedorismo e à inovação, e mediante a otimização da utilização dos mecanismos de financiamento do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN).

Numa primeira fase, o Programa Estratégico +E+I irá implementar, entre outras, as seguintes medidas:

- Promover a Componente Experimental no Ensino Básico e no Ensino Secundário;
- Estimular os jovens a desenvolver iniciativas que contribuam para a resolução de problemas das comunidades em que se inserem, podendo contemplar concursos regionais/nacionais - Iniciativa 'INOVA!' - Aprender a Empreender;



- Medidas de capacitação focadas em proporcionar aos doutorados ferramentas e capacidades necessárias a uma maior e mais fácil transição para carreiras não académicas, dentro ou fora do sistema científico, e medidas de estímulo à I&D empresarial focadas em mobilizar recursos altamente qualificados para aumentar a I&D em empresas;
- Melhorar a articulação das unidades de transferência de tecnologia das Universidades e Institutos Politécnicos, dos Centros Tecnológicos e das restantes infraestruturas tecnológicas, por forma a dotá-las de escala e de níveis mínimos de competência e promover a sua ligação às empresas;
- Incentivos à valorização económica do conhecimento científico, nomeadamente através de iniciativas junto de investigadores, iniciativas relacionadas com projetos de I&D e iniciativas direcionadas às empresas;
- Programas Científicos Temáticos/Prioritários orientados para as necessidades das empresas;
- Apoio ao registo de patentes e estímulo ao seu licenciamento;
- Capacitação e reforço de competências internas de inovação nas empresas em investigação e desenvolvimento (Unidades de Inovação, Investigação e Desenvolvimento);
- Apoio à Participação de empresas em programas Internacionais de I&DT;
- Apoio às fases iniciais dos processos de inovação das PME (medidas 'Vale +'), pela simplificação do acesso e pela celeridade do processo de decisão associado, mediante respostas nas áreas da inovação (Vale Inovação), eficiência energética e ambiente (Vale Energia), e participação em certames internacionais (Vale Internacionalização);
- 'Iniciativa +E+I' - Reconhecimento público de iniciativas dinamizadas pela sociedade civil;
- Prémio Nacional de 'Talento, Empreendedorismo e Inovação', destinado a premiar, anualmente, os principais sucessos em termos de inovação e empreendedorismo, valorizando os que privilegiem os mercados internacionais;
- Bolsa 'Empreender+Inovar+' - Bolsa de empresários e empreendedores de sucesso que ajudam os mais novos empreendedores;
- Desenvolver e implementar um programa de apoio à internacionalização das indústrias culturais e criativas;
- Restruturação dos instrumentos públicos de capital de risco, nomeadamente, através da fusão das entidades existentes num operador de capital de risco, que investirá diretamente nas PME, e numa sociedade de investimento que gerirá um fundo de fundos;
- Criação do Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação.

A responsabilidade pela implementação do Programa +E+I, incluindo a execução das medidas nele preconizadas e de outras que se revelem necessárias ao cumprimento dos seus objetivos, foi atribuída ao Ministério da Economia e do Emprego.

Notícias

COMISSÃO EUROPEIA APROVA REPROGRAMAÇÃO TÉCNICA DO QREN

A Comissão Europeia aprovou o pedido de reprogramação técnica do QREN e dos Programas Operacionais 2007/2013, no sentido de os ajustar às alterações socioeconómicas significativas ocorridas, assegurando a continuidade do impacto positivo dos fundos comunitários na economia nacional.

As principais linhas de intervenção desenvolvidas nesta reprogramação do QREN traduzem-se: no aumento do nível de participação dos fundos comunitários para a realização dos Programas; no aumento dos recursos financeiros previstos para apoio ao investimento das empresas e para a formação; e na simplificação da estrutura dos Programas Operacionais.

Com esta reprogramação, Portugal passa a beneficiar de um aumento da taxa de cofinanciamento para 85% nas regiões de objetivo Convergência, na região do Algarve e nos Eixos Prioritários de investimento público, nos programas apoiados pelo FEDER e pelo Fundo de Coesão.

No Programa Operacional Potencial Humano é assegurado um reforço da dotação financeira global do Programa em 335,6 M€. São ainda asseguradas as transferências de 96,5 M€ do Eixo 2 - Adaptabilidade e Aprendizagem ao Longo da Vida, a favor do Eixo 5 - Apoio ao Empreendedorismo e à Transição para a Vida Ativa e de 4,8 M€ do Eixo 7 - Igualdade de Género, a favor do Eixo 3 - Gestão e Aperfeiçoamento Profissional, para reforço de intervenções dirigidas ao apoio a PME. A crescer ao reforço financeiro do Eixo 4, propõe-se igualmente a alteração da atual taxa de comparticipação financeira de 70% para 85%, maximizando a utilização do FSE no financiamento destes instrumentos de política pública. Ainda neste PO é acrescentada a tipologia "Ensino Artístico Especializado" no Eixo 1 e no Eixo 2 é eliminada a tipologia "Reequipamento e Consolidação da Rede de Centros de Formação".

No COMPETE e nos PO Regionais do Continente é também reforçada a dotação financeira disponível para os Sistemas de Incentivos às Empresas, através de um reforço em cerca de 700 M€ (464 M€ no COMPETE e 241 M€ nos PO Regionais), procedendo-se ainda a uma revisão das taxas de cofinanciamento nos eixos do COMPETE, que passam dos atuais 70% para



85% no SAESCTN (Eixo I), no SAMA (Eixo IV) e na Assistência Técnica (Eixo VI), para 75% no SAFPRI (Eixo III) e para 80% no SIAC (Eixo V). Foram ainda incluídos no COMPETE os projetos SAMA promovidos por entidades da Administração Regional e Local, até agora financiados no âmbito dos PO Regionais das Regiões de Convergência.

São concentrados nos Programas Regionais do Continente os investimentos de Requalificação das Escolas até ao 3.º ciclo, e as Ações Inovadoras de Desenvolvimento Urbano, em paralelo com uma significativa simplificação da estrutura de Eixos Operacionais destes Programas e um aumento generalizado das taxas de cofinanciamento dos Eixos que integram tipologias de investimento público para 85%, com alteração de dotações entre eixos.

No Programa Operacional Valorização do Território procedeu-se à otimização da utilização do Fundo de Coesão, passando a ser elegíveis um maior leque de intervenções que antes se encontravam nos POR e tornando elegíveis ao Fundo de Coesão operações a realizar nas regiões de Lisboa e Algarve. Assim, estão agora concentrados no PO VT Fundo de Coesão todos os investimentos relacionados com o Ciclo Urbano da Água, as Ações materiais de Prevenção e Gestão de Riscos, os sistemas Ferroviários Urbanos (Metros) e os sistemas ambientais de Tratamento de Resíduos, tendo sido reduzida a

dotação prevista para os projetos previstos nas Redes Transeuropeias de Transportes.

No PO Açores FEDER (PROCONVERGENCIA) procedeu-se a uma alteração da estrutura programática (fusão dos eixos 3 e 4, passando de 6 para 5 eixos) e a uma transferência de 40 M€ do Eixo 1 para o Eixo 2.

No PO Madeira FEDER (INTERVIR+) procedeu-se a um aumento da taxa de cofinanciamento dos Eixos I, II, III e IV para 85% e, em resultado, aumento da taxa média de cofinanciamento do Programa para 74,25%, bem como a uma transferência de 31,3 M€ do Eixo 3 para os Eixos 1 (7 M€) e 2 (24,3 M€).

No PO Madeira FSE (RUMOS) procedeu-se a uma transferência para o Eixo II de 378,798 mil € de FSE, provindo dos PO de Assistência Técnica ao QREN, sendo 312,528 mil € do PO AT FEDER e 66,27 mil € do POAT FSE.

Simultaneamente, foi promovido o ajustamento dos montantes financeiros indicativos previstos para os Grandes Projetos de infraestruturas, nomeadamente de comunicações, em resultado de um calendário mais realista previsto para a sua concretização, com mobilização de recursos financeiros para as opções que permitem uma resposta robustecida do QREN à atual conjuntura de crise económica e financeira.

Fonte: www.qren.pt

Guia de POUPANÇA FISCAL

O que lhe interessa saber
sobre o seu IRS



Regulamento em livraria.vidaeconomica.pt
1€=1 ponto
Exclusivo para
compras online

Novidade

QUEM TEM DE ENTREGAR DECLARAÇÃO DE IRS?

QUAIS OS FORMULÁRIOS A ESCOLHER?

ONDE DEVO DECLARAR O SUBSÍDIO DE DOENÇA (BAIXA)?

ESTIVE DESEMPREGADO. TENHO DE DECLARAR ESSES VALORES?

QUAL A FÓRMULA DA VENDA EM CASO DE PERMUTA?

TENHO UMA VIATURA QUE A MINHA EMPRESA ME EMPRESTA. ISTO É CONSIDERADO UM RENDIMENTO?

PAGUEI UMA INDEMNIZAÇÃO À MINHA ENTIDADE PATRONAL, PARA ME DESVINCULAR. DEDUZO NO IRS?

POSSO DEDUZIR OS IMPOSTOS QUE PAGUEI NAS RENDAS RECEBIDAS?

QUEM RECEBE A PENSÃO DE ALIMENTOS TEM DE A DECLARAR COMO UM RENDIMENTO?

QUE DESPESAS SÃO CONSIDERADAS DE SAÚDE?

O NÚMERO DE CONTRIBUINTE NOS RECIBOS É OBRIGATÓRIO OU NÃO?

O MEU FILHO TEVE DE IR ESTUDAR PARA FORA DO CONCELHO. OS GASTOS COM ALOJAMENTO E ALIMENTAÇÃO, SÃO ACEITES?

■ Guia de Poupança Fiscal – IRS 2011

QUOTIZAÇÕES SINDICAIS E OUTRAS DEDUÇÕES					
CONDIÇÃO	TITULAR	VALOR	CONDIÇÃO	TITULAR	VALOR
403	A	3.000,00			
SEGUROS DE PROFISÕES DE DESGASTE RÁPIDO					
	TITULAR	VALOR	ENTIDADE GESTORA	NÚMERO FISCAL (OE=100)	
De prestação a cargo 413 Identifica:	A	3.000,00	1234	9999999999999999	

O campo do nº fiscal português fica em branco e os dados da entidade gestora 'estrangeira' é identificada nos campos mais à direita.



VERDADEIRA POUPANÇA FISCAL

Os montantes investidos nestas rubricas (seguros de vida, de acidentes pessoais e saúde para profissões de desgaste rápido) constituem uma verdadeira poupança, já que não há um limite a investir e, no caso do seguro de vida, é algo que num futuro acabará por reverter para alguém (ao contrário do seguro de saúde, que tem uma aplicação exclusivamente imediata).

Investir neste tipo de seguro até que valores?

■ Ex. Não casados – Tratando-se de um sujeito passivo solteiro / viúvo ou divorciado e sem descendentes, se auferir abalo de 8.000 € brutos / ano (571 € / mês), como não paga IRS, não terá uma vantagem fiscal.

(985 € / mês – cada um), como este tipo de agregado não paga IRS até estes montantes, não terá uma vantagem fiscal com investimento (é muito idêntico ao exemplo 3).

Realidade de 2012

Caso avance a proposta de OE2012, este tipo de dedução passa a ter, já a partir de 2012, um limite de dedução de 2.093,10 €, que até aqui não tinha.

4.2 - Deduções específicas da categoria B (trabalhadores independentes / empresários em

CONSULTE O GUIA DE POUPANÇA FISCAL – IRS 2011

Também disponível nas melhores livrarias e bancas

VidaEconómica

R. Gonçalo Cristóvão, 111, 6º esq. • 4049-037 PORTO
Nas encomendas de valor superior a €15, oferta dos portes de correio.

Remessa Livre - Apartado 4119 • 4002-001 Porto

<http://livraria.vidaeconomica.pt>

✉ encomendas@vidaeconomica.pt

☎ 223 399 400

Notícias

Capital de Risco

BRUXELAS QUER MELHORAR ACESSO DAS PME AO CRÉDITO

O acesso ao financiamento é essencial para aumentar a competitividade e o potencial de crescimento das PME, mas, no contexto da atual crise, o acesso destas a empréstimos bancários torna-se cada vez mais difícil. Foi por isso que a Comissão Europeia (CE) apresentou uma estratégia destinada a promover um melhor acesso das PME ao financiamento, com um plano de ação da União Europeia (UE) que inclui o aumento do apoio financeiro do orçamento da União e do Banco Europeu de Investimento e uma proposta de regulamento que estabelece regras uniformes em matéria de comercialização dos fundos de capitais de risco.



O novo regulamento tem como meta tornar mais fácil aos investidores de capitais de risco obterem fundos em toda a Europa para o arranque de novas empresas. A abordagem é simples: desde que cumpra uma série de requisitos, qualquer gestor de fundos pode obter capital em toda a UE, sob a designação de "fundo europeu de capitais de risco". Deixarão, segundo a CE, de existir requisitos complicados e variáveis de país para país. "Mediante a introdução de uma normativa única, os fundos de capitais de risco poderão atrair mais compromissos de capital e, desse modo, crescer", refere um comunicado de Bruxelas.

[Ver artigo completo](#) ➔

Presidente da APCRI em entrevista à "Vida Económica"

ESTRATÉGIA EUROPEIA PARA O CAPITAL DE RISCO GARANTE FINANCIAMENTO E LIQUIDEZ ÀS PME

Em 2012, "o Banco Europeu de Investimento manterá os empréstimos às PME a um ritmo sustentado, próximo do nível de 2011 (10 mil milhões de euros)", garantiu o vice-presidente da Comissão Europeia e responsável pela Indústria e empreendedorismo, Antonio Tajani, em comentário à proposta de regulamento comunitário sobre comercialização de fundos de capitais de risco.

A decisão agrada a Afonso Barros, presidente da Associação Portu-

guesa das Empresas de Capital de Risco (APCRI), que, em entrevista à "Vida Económica", mostra otimismo quanto às medidas. Se, por um lado, vê a uniformização de critérios no capital de risco como sendo "boa para a indústria", por outro, a sua dotação por via de fundos comunitários "vai permitir, indiretamente, que o Estado mantenha a sua presença no setor" e que, com isso, dê "liquidez" às PME.

[Ver artigo completo](#) ➔

Secretário de Estado do Empreendedorismo e Inovação à "Vida Económica"

"ESTADO NÃO TEM CAPACIDADE PARA GERIR CAPITAL DE RISCO E GERAR VALOR NA ECONOMIA"

"O Estado - está provado - não tem capacidade para gerir capital de risco e gerar valor na economia", até porque, "em Portugal, os resultados da operação pública, quando comparados com os privados, deixam muito a desejar". A afirmação é do secretário de Estado do Empreendedorismo, Competitividade e Inovação, Carlos Oliveira, respondendo à "Vida Económica" quanto à intenção do Governo de reestruturar o setor do capital de risco público.

A principal medida passa por "fundir as diversas entidades que existem na orla do Estado" nessa área e criar uma "sociedade gestora de capital de risco, que irá atuar onde houver falhas no mercado e onde, do ponto de vista estratégico, se ache que devem ser as áreas de atuação". O objetivo é "apoiar o empreendedorismo e o desenvolvimento de empresas inovadoras e com potencial de exportação".

[Ver artigo completo](#) ➔

Presidente da CMVM afirma

"CAPITAL DE RISCO É CRUCIAL NA RECAPITALIZAÇÃO DAS EMPRESAS"

"É necessário um movimento de recapitalização das empresas, que estão excessivamente endividadadas, o que se reflete hoje em muitas dificuldades de tesouraria, sobretudo numa altura em que os bancos não podem expandir o seu financiamento".

A afirmação é de Carlos Tavares, presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), questionado pela "Vida Económica" à margem da primeira das "Conferências do Palácio 2011/12", promovida pela Associação Comercial do Porto. E "uma das vias mais diretas e apropriadas para recapitalizar as empresas pode ser usando o capital de risco", defendeu.



É necessário "iniciar, tão rapidamente quanto possível, um movimento de recapitalização, que permita substituir parte da dívida que as empresas têm por capital", defendeu Carlos Tavares, em resposta à "Vida Económica" sobre a importância que o capital de risco pode ter no financiamento das empresas no atual momento. "Isso é crucial para a economia, é crucial para que as empresas sejam mais competitivas e tenham meios para investir", disse ainda o presidente da CMVM, deixando um aviso muito claro: "Não haja ilusões. A economia não recuperará se as empresas não forem mais competitivas, se não inovarem e se não investirem".

[Ver artigo completo](#) ➔

Notícias

Internacionalização

Enrique Santos, presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso Espanhola, em entrevista

“NÃO EXISTEM BLOQUEIOS À ENTRADA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PORTUGUESES EM ESPANHA”

Não existem “bloqueios de ordem administrativa ou outros”, que impeçam a entrada de produtos e serviços no país vizinho, afirma à “Vida Económica” Enrique Santos.

O presidente da Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola lembra que Espanha é “um mercado muito exigente”, mas “aberto”, e que “oferece condições excelentes para a internacionalização das empresas portuguesas”.



Os números do comércio entre Portugal e Espanha são, aliás, a prova disso, apontando, só em setembro de 2011, para um “crescimento superior a 3,4% nas vendas espanholas a Portugal e de 10,9% nas vendas portuguesas para Espanha”.

[Ver artigo completo](#) ➡

“EXPORTAR PARA O MERCADO ALEMÃO” É TEMA DE SEMINÁRIO DO SETOR DE MOLDES

As empresas alemãs que participaram no seminário “Exportar para o Mercado Alemão”, organizado recentemente pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã e a CEFAMOL, mostraram-se bastante agradados com a qualidade e o profissionalismo do setor de moldes em Portugal.

Este seminário, que se realizou na vila da Batalha, teve por objetivo promover a exportação das empresas portuguesas do setor dos moldes junto da indústria alemã. Além de uma delegação da indústria alemã, da qual fizeram parte as empresas Behr, bekuplast, Mann + Hummel, Modellfabrik und Formenbau, Peguform e ZF Friedrichshafen, também se deslocou a Portugal um representante da BME, a Associação Alemã de Compradores de Materiais e Logística.

[Ver artigo completo](#) ➡

TIMOR-LESTE PROPORCIONA NOVAS OPORTUNIDADES DE EXPORTAÇÃO E INVESTIMENTO

“Timor-Leste deve ser o trampolim de acesso das empresas portuguesas à Ásia” - afirmou, recentemente, João Mendes Gonçalves, ministro da Economia e Desenvolvimento de Timor, na APM - Associação Portuguesa de Management.

A situação privilegiada de Timor-Leste entre o Oceano Índico e o Oceano Pacífico e a proximidade de grandes mercados, como a China, Índia e Indonésia, acentuam o potencial de desenvolvimento industrial. “Timor-Leste pode tornar-se um novo centro de indústrias transformadoras” - garante João Mendes Gonçalves. As necessidades do mercado interno de 1,2 milhões de habitantes criam oportunidades imediatas de exportação para os produtos portugueses.

[Ver artigo completo](#) ➡

EXPORTAÇÃO “ESTÁ JÁ NO ADN” DA FILEIRA DO TÊXTIL E VESTUÁRIO

Com um valor exportado de cerca de 3,1 mil milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, o setor nacional do têxtil e vestuário continua a aumentar o volume das suas exportações e a provar que o comércio internacional é algo que “está já no seu ADN”. Em declarações à “Vida Económica”, Paulo Vaz e Isabel Cantista, diretor-geral da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal (ATP) e managing partner da Fast Forward Innovation (FFI), garantem que este crescimento é o resultado da “capacidade competitiva” da fileira nacional.

[Ver artigo completo](#) ➡

MIDEST 2011 RECEBEU A MAIOR PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA DE SEMPRE

Decorreu em Paris, no parque de exposições de “Paris-Nord Villepinte”, de 15 a 18 de novembro de 2011, a feira internacional “MIDEST”, em paralelo com a TOLEXPO.

Esta feira apresentou uma variada e completa gama de soluções para diversos mercados industriais, nomeadamente processamento metálico, produtos semiacabados, plástico, borracha, processamento de material composto, eletrónica, eletricidade, serviços industriais, manutenção industrial e serviços.

Com cerca de 1700 expositores, a feira reivindica o primeiro lugar a nível mundial para mostra de produtos e serviços nestas áreas.

Ao longo dos últimos quinze anos, esta feira atrai regularmente um número razoável de empresas portuguesas (entre dez e quinze).

Nesta última edição, o PRODUTECH – Pólo das Tecnologias de Produção, em conjunto com as duas associações do setor, ANEMM e a AIMMAP promoveram a participação de Portugal como país convidado, o que se traduziu num pavilhão de 60 m2, na área mais nobre do certame, para promoção das competências e capa-



idades nacionais nestas áreas e ainda um conjunto de eventos paralelos.

No total, a participação de Portugal na edição de 2011 ascendeu a 47 empresas, duas associações (AIMMAP e ANEMM) e o Pólo PRODUTECH. Algumas empresas associadas do PRODUTECH estiveram também presentes: a ACONTROL, a ARSOPI, a FELINO e a ADIRA.

A área total ocupada pelas empresas portuguesas nos dois certames foi superior a 600 m2, o que correspondeu à maior participação nacional de sempre no MIDEST, sinal claro da aposta destes setores na internacionalização.

Fonte: www.pofc.qren.pt

Apoios Regionais

Açores:

RUI BETTENCOURT, GESTOR DO PRO-EMPREGO, REALÇA IMPORTÂNCIA DO INVESTIMENTO NAS PESSOAS

“Nunca o investimento nas pessoas foi tão importante como agora”, destacou no passado mês de dezembro, em Lisboa, o Diretor Regional do Trabalho e Gestor do Programa Operacional Pro-Emprego, durante a reunião com uma equipa da Comissão Europeia liderada pela diretora da DG EMPLOI, Andrina Sukhova-Tosheva.

Na ocasião, Rui Bettencourt disse mesmo que “se há um momento na vida do Fundo Social Europeu em que investir intensamente nas pessoas é fulcral, é agora”, acrescentando que “à dimensão estrutural do investimento na qualificação dos portugueses junta-se agora a necessidade imperiosa de imaginar respostas que, ao mesmo tempo, aumentem a empregabilidade das pessoas e permitam minimizar os efeitos negativos da crise”.

Segundo o Diretor Regional, os Açores aprovaram desde 2007, no quadro do atual período de programação que vigora até 2013, mais de 31 milhões de horas de formação para mais de 10.000 jovens, em formação inicial, e para mais de 35.000 ativos, em particular através de estratégias de qualificação de desempregados, como os cursos REATIVAR, de formação profissional de jovens e de estratégias de transição para a vida ativa.

Falando, também, sobre a sua execução, como resposta à crise, Rui Bettencourt afirmou que a mesma tem vindo a ser intensificada, sublinhando que, enquanto o pagamento pelo Pro-Emprego rondava os 10 milhões de euros, por ano, entre 2007 - ano do início do programa - e 2009, já em 2010 o programa pagou 36,5 milhões de euros, ultrapassando os 40 milhões em 2011.

“O Pro-Emprego soube imaginar, desde 2006, respostas também para tempo de crise, o que agora tem



tido aproveitado, tendo-se observado, em 2011, um investimento na qualificação de desempregados dez vezes superior à de 2009”, acrescentou.

“Não podemos perder de vista a importância da qualificação das pessoas, não só para que tenham individualmente mais ‘armas’ para se inserirem ou para se manterem no mercado de trabalho, mas também porque, como apontam vários economistas europeus, só um elevado nível de qualificação pode permitir a criação de riqueza sustentada”, disse ainda Rui Bettencourt.

“Hoje, e no futuro, ter ou não recursos humanos qualificados numa empresa e no país faz a diferença”, afirmou o Diretor Regional, considerando, ainda, ser “muito diferente a Europa possuir, ou não, capacidade de criar riqueza assente numa economia do conhecimento e da inovação de modo a poder manter uma Europa de direitos sociais sem endividamento”, concluindo tratar-se do “cerne da nossa atuação”.

Fonte: <http://proemprego.azores.gov.pt>

GOVERNO LANÇA NOVO PROGRAMA DE FINANCIAMENTO REGIONAL

O Governo vai lançar, agora no início do ano, um “programa de políticas públicas integradas de estímulo à atividade económica produtiva de base regional e local”, sendo que o mesmo decorrerá de forma articulada com a “reprogramação estratégica do QREN mas com um âmbito de intervenção mais alargado”.



volvimento regional que favoreça o crescimento económico, a competitividade, o emprego e o investimento empresarial”.

A informação foi avançada pelo secretário de Estado adjunto da Economia, Almeida Henriques, que explicou que o programa tem como meta “promover um desen-

ver artigo completo

BREVES

MAIS CENTRO COM BALANÇO POSITIVO EM 2011

A Comissão Diretiva do Mais Centro - Programa Operacional Regional do Centro faz um balanço bastante positivo do desempenho do Mais Centro em 2011.

Num total de 2.754 projetos aprovados no Mais Centro desde o início, 55% (1.521) dizem respeito a 2010 e 2011, e só em 2011 foram aprovados 32% (880) desse total. Os dois últimos anos são, assim responsáveis por 55% dos 2.300 milhões de euros de investimento apoiado desde o início e 65% dos 1.400 milhões de euros de FEDER atribuído a esse investimento.

Esta avaliação foi feita na sessão pública de apresentação de resultados do Mais Centro 2011, que decorreu no dia 14 de dezembro, no Centro Cultural da Gafanha da Nazaré.

Fonte: www.maiscentro.qren.pt

COMPARTICIPAÇÃO EUROPEIA É “ALÍVIO” PARA AS AUTARQUIAS DA REGIÃO CENTRO

A reprogramação do QREN e do Programa Operacional do Centro vai “aliviar” o esforço das autarquias da região. A taxa de comparticipação média dos projetos vai passar de 80% para 85%, o que significa a vinda de mais 600 milhões de euros até ao final de 2012.

POR LISBOA APROVA OPERAÇÕES NA ÁREA ENERGÉTICA

O PORLisboa aprovou 10 operações relativas ao concurso “Energia – Eficiência energética na Iluminação Pública”, com um investimento elegível de 3,2 milhões de euros e comparticipação Feder de 1,6 milhões de euros.

Fonte: www.porlisboa.qren.pt

CONCURSOS

LISBOA

AVISO
Assistência Técnica
12-12-2011 a 10-01-2012

ALENTEJO

AVISO
Equipamentos Culturais
09/02/2010 a 16/01/2012

NORTE

AVISO
EEC PROVERE – Turismo e Património do Vale do Coa
Até 30/03/2012 (17h)

LEGISLAÇÃO

AGRICULTURA

Sistema Integrado de Proteção contra as Aleatoriedades Climáticas

- Portaria n.º 318/2011, de 30 de dezembro (DR n.º 250, I Série, págs. 5518 a 5532) – Aprova o Regulamento do Sistema Integrado de Proteção contra as Aleatoriedades Climáticas (SIPAC).

- Despacho n.º 10/2012, de 3 de janeiro (DR n.º 2, II Série, págs. 98 a 99) – Procede à revisão das tarifas de referência para o cálculo das bonificações, previstas no Regulamento do SIPAC.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2011, de 16 de dezembro (DR n.º 240, I Série, págs. 5315 a 5316)

- Aprova o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação;

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2011, de 16 de dezembro (DR n.º 240, I Série, pág. 5316) – De-

termina a missão e as competências do Conselho Nacional para o Empreendedorismo e a Inovação;

- Declaração de Retificação n.º 35/2011, de 21 de dezembro (DR n.º 243, I Série, págs. 5351 a 5354) – Retifica a Resolução do Conselho de Ministros n.º 54/2011, de 16 de dezembro, que aprova o Programa Estratégico para o Empreendedorismo e a Inovação.

FORMAÇÃO

Programa Operacional Potencial Humano (POPH)

- Despacho n.º 16910/2011, de 16 de dezembro (DR n.º 240, II Série, pág. 48925) – Fixa o valor máximo do indicador de custo por hora e por formando, na modalidade de formação «Cursos de ensino artístico especializado».

PRODUÇÃO, CONSUMO, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO

Iniciativa «Portugal Sou Eu»

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2011, de 16 de dezembro (DR n.º 240, I Série, págs. 5316 a 5318) – Aprova a iniciativa «Portugal Sou Eu».

Sistemas de Incentivos às Empresas do QREN

PLANO DE CONCURSOS DEZEMBRO / JANEIRO

2ª	19	26	2	9	16
3ª	20	27	3	10	17
4ª	21	28	4	11	18
5ª	22	29	5	12	19
6ª	23	30	6	13	20
Sáb.	24	31	7	14	21
Dom.	25	1	8	15	22

■ Abertura



CONCURSOS

QREN INVEST

AVISO



Solicitação de Acesso à
Linha de Crédito QREN
Invest

05/01/2011 a 29/02/2012

POPH

AVISO



Sistema de Aprendizagem
e Cursos de Educação e
Formação de Jovens (CEF)

19/12/2011 a 30/01/2012

Perguntas & Respostas

SISTEMAS DE INCENTIVO ÀS EMPRESAS DO QREN

A COMPRA DE UM TRESPASSE É ELEGÍVEL?

No âmbito dos sistemas de incentivos às empresas do QREN - Agenda Fatores de Competitividade, não se nos afigura enquadrável um projeto de investimento que tenha por objeto a compra de um trespasse.

Fonte: www.pofc.qren.pt

AGENDA

MOBILE WORLD CONGRESS 2012

Local: Barcelona **Data:** 27 de fevereiro a 1 de março de 2012

Registo e submissão de perfis:
http://mobile.b2b-match.com/p_index.php (até 20 de janeiro)

Mais informações: Alexandre Ulisses (aulisses@adi.pt) - Enterprise Europe Network - Portugal - Tel.: 226 167 820

Condições de participação: € 300 (inclui 1 entrada para a feira no valor de € 700 - máx. de 1 entrada por empresa; os expositores no MWC não estão incluídos nesta promoção)

A Agência de Inovação promove novamente, no âmbito da rede Enterprise Europe Network, a participação portuguesa na maior feira mundial na área de tecnologias móveis: o Mobile World Congress 2012.

presas reunir com importantes players e criar oportunidades de negócio e cooperação tecnológica através do pré-agendamento de reuniões bilaterais e de uma projeção internacional do seu perfil.

O evento de brokerage do Mobile World Congress permite às em-

Fonte: www.adi.pt

BOLSAS DE INVESTIGAÇÃO - UNIV. DE AVEIRO

Encontram-se abertos os seguintes concursos para a atribuição de Bolsas de Investigação na Universidade de Aveiro:

- Projeto "Oxidação catalítica por complexos de metais de transição imobilizados em sólidos nanoestruturados" da Unidade de Investigação CICECO (candidaturas deverão ser enviadas até 18 de janeiro para o e-mail ana.rosa.silva@ua.pt);
- Concurso para 1 Bolseiro de Investigação Científica, no âmbito do projeto "FIRECNUTS" - "WildFIRE effects on topsoil Carbon and NUTrient Stocks, dynamics and exports" (candidaturas até 19 de janeiro - Email: jeejeeka@gmail.com);
- Bolsa de Investigação para licenciados em Biologia ou Bioquímica, no âmbito do Projeto

designado por "Reversão de uma alteração ao código genético no fungo patogénico *Candida albicans*" do Laboratório Associado CESAM (candidaturas até 20 de janeiro - Email: msantos@ua.pt);

- Bolsa de Investigação para licenciados em Biologia ou Bioquímica, no âmbito do Projeto "Genómica funcional de fenótipos de infidelidade ribossomal associados a doenças humanas" do Laboratório Associado CESAM (candidaturas até 19 de janeiro - Email: msantos@ua.pt).

Instituições de contacto: Universidade de Aveiro - CESAM; Universidade de Aveiro - CICECO.

Websites: www.cesam.ua.pt; ciceco@ua.pt

Fonte: Naturlink.pt

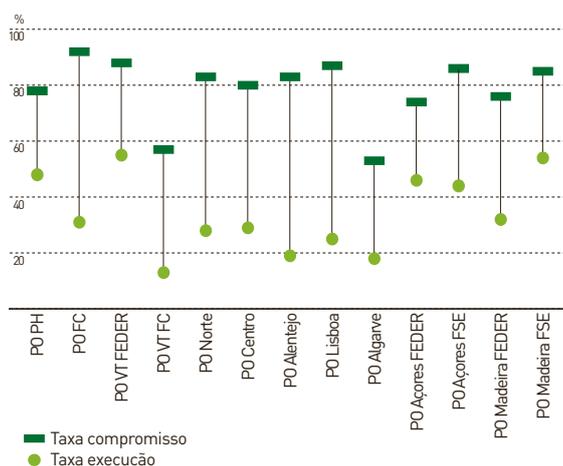
Indicadores Conjunturais do QREN

Relevante diferencial entre compromisso e execução

Cerca de quatro anos após o início do QREN é de relevar o diferencial existente entre o nível de compromisso e o nível de execução em vários PO, com destaque para os que apresentam diferenciais acima de 50 p.p.: PO Alentejo (64 p.p.), PO Lisboa (62 p.p.), PO FC (61 p.p.), PO Norte (55 p.p.) e PO Centro (52 p.p.).

O nível de pagamentos intermédios da CE a Portugal, efetuados até 1 de outubro, de 26,9% do respetivo envelope financeiro, situa-se acima da média da UE27, de 20,6%. Quando comparado com os países com maiores dotações, Portugal continua a manter a segunda taxa de absorção mais elevada,

Diferencial entre taxas de compromisso e taxas de execução por PO (%)



PAGAMENTOS DA COMISSÃO EUROPEIA AOS 27 EM (1 OUTUBRO 2011)

Do montante de 70,498 mil M€ de pagamentos intermédios efetuados pela CE aos Estados-membros, 5,761 mil M€ destinaram-se a Portugal (8,2% do total), sendo 2,730 mil M€ de FSE e 3,031 mil M€ de FEDER e Fundo de Coesão. Portugal integra, assim, o grupo dos 4 países com maiores volumes de transferências totais da CE a título de pagamentos intermédios - conjuntamente com a Polónia (15,250 mil M€), a Espanha (8,811) e a Alemanha (7,462).

apenas superada pela Alemanha (29%). Esta taxa de absorção é diferenciada consoante o fundo em análise: no FSE, os pagamentos executados, de 2,730 mil M€, representam 42% da dotação FSE programada no QREN (média UE27=23,5%); e no FEDER e Fundo de Coesão, os pagamentos, de 3,031 mil M€, representam 20,3% da dotação destes Fundos programada no QREN (média UE27=19,8%).

Fonte: Boletim Informativo N.º 13 QREN (Informação reportada a 30 de setembro de 2011)

SISTEMAS DE INCENTIVOS DO QREN ORIENTAÇÃO TÉCNICA

Consulte através do link em baixo a Orientação Técnica nº 17/2011, no âmbito dos sistemas de incentivo às empresas do Qren, que trata da acumulação dos auxílios financeiros com o capital de risco.

[Ver documento](#)

RELATÓRIO FINANCEIRO DA COMISSÃO EUROPEIA

Consulte através do link em baixo o Relatório Financeiro do Orçamento da UE de 2010, com informação detalhada sobre onde foi gasto o orçamento da UE e como foi gerido.

[Ver documento](#)

Procura um meio para financiar as suas actividades? Não procure mais, já encontrou.

GarantiaMútua
Cresça connosco.

NORGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
239 854 310 | www.norgarante.pt | norgarante@norgarante.pt

GARVAL - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
Agências: Santarém 243 356 370 | Leiria 244 850 190 | www.garval.pt | garval@garval.pt

LISGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
Agências: Lisboa 217 520 760 | Algarve 289 896 710 | Madeira 291 215 490 | www.lisgarante.pt | lisgarante@lisgarante.pt

AGROGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
239 854 310 | www.agrogarante.pt | agrogarante@agrogarante.pt

AGROGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA MÚTUA, S.A.
Agências: Porto 226 061 800 | Aveiro 234 373 020 | Braga 253 202 590 | Viseu 232 457 310 | www.agrogarante.pt | agrogarante@agrogarante.pt

800 244 245